



AO  
PREGOEIRO OFICIAL  
Prefeitura Municipal de Campo Bom  
Av. Independência, 800 - Centro – Campo Bom - RS

**Ref.:** Processo Licitatório nº 107/2025.

**Modalidade:** Pregão Eletrônico.

**Objeto:** Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários para atendimento dos prédios das escolas municipais de Campo Bom.

**Eventos:** Inexequibilidade da proposta para cumprimento do objeto licitatório; impossibilidade do cumprimento da cláusula 7ª no item 7.1.4.1.1. alínea c e cláusula 9ª no item 9.1.(Termo Referencial Anexo 2).

---

A **RM Segurança e Serv. Administrativos LTDA**, pessoa jurídica de direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº : **39.382.660/0001-10**, inscrição Municipal sob o nº **25948**, com sede na **Av. Independência, 1407**, Bairro **Centro**, CEP **93704-614**, neste ato representado pela Sra **Lorenir Franca de Meira**, portador (a) do RG nº **3067011886** e CPF nº **997.532..860-15**, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a decisão que habilita como vencedor do certame a empresa **COMMANDO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA**, em face da **incapacidade de execução do objeto licitatório, consoante cláusulas 7, item 7.1.4.1.1., alínea C e consequente inexequibilidade do contrato licitatório, conforme cláusula 9, item 9.1.(Termo Referencial Anexo 2)**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

## **I. Dos Fatos**

Por intermédio do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, o Município de Campo Bom/RS, promoveu licitação sob a modalidade de “Pregão Eletrônico”, do tipo “Menor Preço Global”, para Contratação



de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarmes 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, e suporte técnico de todos os equipamentos necessários para atendimento dos prédios das escolas municipais de Campo Bom.

Do mesmo modo, registre-se que, na sessão de abertura das propostas realizada em 29/12/2025, foi declarada vencedora a proposta apresentada pela empresa **COMMANDO SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.**, circunstância esta que merece reavaliação à luz dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Por outro lado, verifica-se que a proposta apresentada não atende aos requisitos mínimos legais e editalícios, uma vez que ostenta valor manifestamente inexequível, circunstância que compromete a viabilidade da execução contratual. Ademais, evidencia-se a existência de óbices ao regular cumprimento das obrigações contratuais e à adequada prestação de atendimentos técnicos futuros, sobretudo em razão da ausência de endereço operacional próximo ou estabelecido no Estado objeto do certame. Tal situação revela-se ainda mais gravosa considerando-se que o contrato possui vigência de 5 (cinco) anos, fator que acentua o risco de inexecução e prejuízo à Administração, impondo, portanto, a necessária desclassificação da empresa vencedora, conforme se demonstrará a seguir.

## **II. DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS**

A interposição do presente recurso é tempestiva, considerando o prazo de 03 (três) dias para apresentar recurso, conforme previsão editalícia (XIV– DOS RECURSOS) e Lei nº 14.133/2021 (art. 165, I, alínea c), senão vejamos:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*(...)*

*c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*

A empresa recorrente não venceu o certame, portanto, evidencia o interesse recursal.

A peça de irresignação é proposta por empresa credenciada e participante do certame, o que atesta a sua legitimidade.



Presentes, portanto, os pressupostos recursais.

### **III. DAS RAZÕES DA REFORMA**

#### **III.1. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA**

A proposta apresentada pela empresa revela-se manifestamente inexequível conforme demonstrado abaixo, em flagrante descompasso com os princípios da economicidade, da razoabilidade e da busca pela proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com fulcro no art. 59, III e IV, §§ 2º, 4º e 5º da Lei nº 14.133/21, e art. 34 da IN 73/22 SEGES, pelas razões a seguir expostas.

##### **III.1.1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A priori, conforme se observa do procedimento de abertura das propostas pelas licitantes, *in casu*, a empresa “COMMANDO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA” apresentou lance no valor final de R\$ 21.000,00 (Vinte e Um mil reais) e a empresa ora Recorrente apresentou lance no valor final de R\$ 22.730,00 (Vinte e Dois mil e setecentos e trinta reais).

Respeitosamente, considerando-se o valor máximo estimado pela Administração, conforme previsão do Edital em comento, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa completamente dos preços médios praticados no mercado.

Ademais, valor inexequível entende-se a doutrina como sendo:

*“...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559)*



No caso em tela, não é razoável a aprovação de proposta no valor de R\$21.000,00 (Vinte e Um mil reais), haja vista, que o órgão licitante apresentou uma média de valor base formulado a partir de orçamentos prévios a ser seguida para a formação dos preços, na qual se percebe claramente que ao inserir os custos conforme legislação trabalhista e demais custos com encargos, tributos, provisões, custos indiretos o valor final, considerando SEM LUCRO, não poderia baixar de R\$ 22.000,00. Assim, pois, é visível que as empresas não conseguirão honrar nem com os compromissos dos impostos obrigatórios.

No presente caso, observa-se uma flagrante disparidade do valor apurado pela Administração de R\$ 41.782,52 como média mensal aceitável de mercado, e o valor final da proposta vencedora, ou seja, R\$ 21.000,00.

Outrossim, por motivos de razoabilidade e proporcionalidade, e princípios correlatos à Administração, como da eficiência, o que precisa ser observado, é a possibilidade no mundo real de cumprimento do contrato administrativo quanto ao objeto do presente certame licitatório por parte da empresa vencedora.

A coletividade não pode ser prejudicada por eventual descumprimento das cláusulas do contrato administrativo, tendo por fundamento, precípua, a proposta inexecutável apresentada.

De mais a mais, o que deve ser levado em consideração por parte desta Comissão são os princípios da INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO, bem como da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO (Lei 9784/99).

Neste compasso, a doutrina especializada leciona (Pietro, Maria Sylvia Zanella Di Direito administrativo / Maria Sylvia Zanella Di Pietro. – 31. ed. rev. atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.):

*“Precisamente por não poder dispor dos interesses públicos cuja guarda lhes é atribuída por lei, os poderes atribuídos à Administração tem o caráter de poder-dever; são poderes que ela não pode deixar de exercer, sob pena de responder pela omissão. Assim, a autoridade não pode renunciar ao exercício das competências que lhes são outorgadas por lei; não pode deixar de punir quando constate a prática de ilícito administrativo; não pode deixar de exercer o poder de polícia para coibir o exercício dos direitos individuais em conflito com o*



*bem-estar coletivo; não pode deixar de exercer os poderes decorrentes da hierarquia; não pode fazer liberalidade com o dinheiro público. Cada vez que ela se omite no exercício de seus poderes, é o interesse público que está sendo prejudicado.”*

Assim, dispõem a Lei Nº 14.133/2021, *in verbis*:

*“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*

*...*

*III – evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos”*

*“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:*

*...*

*III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;*

Ademais, é preciso observar pelos licitantes os critérios legais e doutrinários supracitados, a fim de que seja garantido um mínimo de qualidade do serviço a ser prestado, atendendo perfeitamente às exigências do Edital.

O douto doutrinador Hely Lopes Meireles, esclarece:

*“... A inexequibilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos ou excessivamente baixos, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).*

No mesmo sentido, são as lições de Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Dialética: São Paulo, 2010 – págs. 654-655):

*“Admitir generalizadamente a validade de propostas de valor insuficiente pode significar um incentivo a práticas reprováveis. O licitante vencedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. Isso envolverá a redução da qualidade*



*da prestação, a ausência de pagamento dos tributos e encargos devidos, a formulação de pleitos perante a Administração e assim por diante.*

*Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato. Caberá manter grande vigilância quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato.”*

### **III.1.2 DO VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Inicialmente, cabe salientar que da leitura do Edital da presente Licitação depreende-se o valor orçado pela Administração Pública, localizado no edital como valor estimado a ser praticado na licitação, conforme Anexo – Termo de Referência.

Assim, observa-se que o valor orçado pela administração é calculado pela média de propostas enviadas por licitantes convidados no ato de formação do processo para fornecer cotação de preços ou estimativa de preços.

Conclui-se, portanto, que o valor máximo estimado pela Administração é de **R\$ 41.782,52 (Quarenta e um mil e setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) mensais** para à execução do objeto licitatório.

Portanto não pode a empresa vencedora ser habilitada com uma proposta no valor de R\$21.000,00 (vinte e um mil reais) o que corresponde 50,26% abaixo do valor estimado no edital.

### **III.1.3 DA IDENTIFICAÇÃO DO PREÇO INEXEQUÍVEL**

Cumprido salientar que os produtos referenciados pela empresa declarada vencedora do certame para instalação nos prédios das escolas municipais são do fabricante INTELBRAS.

Ocorre que o representante Intelbras tem como política comercial tabelar preços em território nacional, o que culmina no descredenciamento do distribuidor em caso de descumprimento.



Assim, conforme orçamento realizado com o distribuidor dos produtos da Intelbras nos moldes do edital, vejamos a discrepância em relação à proposta da empresa vencedora.

Abaixo são descritos valores unitários dos mesmos produtos referenciados pela COMMANDO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA e obtidos no orçamento no distribuidor MATV SUL ELETRÔNICOS LTDA. nº 060860 localizado em Novo Hamburgo/RS:

Produtos INTELBRAS	Preço Unitário:	Quantidades do Edital:	Totais:
CENTRAL DE ALARME S/FIO AMT 8000 PRO	R\$ 857,92	52	R\$ 44.611,84
SENSOR DE MOVIMENTO INFRAVERMELHO PASSIVO SEM FIO IVP 8000 PET	R\$ 192,63	1018	R\$ 196.097,34
SENSOR DE MOVIMENTO INFRAVERMELHO PASSIVO SEM FIO IVP 8000 EX	R\$ 518,63	105	R\$ 54.456,15
TECLADO SEM FIO PARA CENTRAL DE ALARME XAT 8000	R\$ 391,61	52	R\$ 20.363,72
SIRENE SEM FIO XSS 8000	R\$ 255,14	52	R\$ 13.267,28
CONTROLE REMOTO PRETO XAC 8000	R\$ 101,47	52	R\$ 5.276,44

Total Geral de Produtos:	R\$ 334.072,77
Mão de Obra Estimada Para Instalação:	R\$ 95.000,00
Valor Aproximado de Monitoramento 24Hs Para Todos Locais Anual:	R\$ 74.880,00

Total: R\$ 503.952,77

Considerando a proposta vencedora, a empresa deveria trabalhar 02 anos sem obter lucro algum para cobrir os custos de implantação de todos equipamentos em comodato juntamente com os custos de instalação e monitoramento.

Vale frisar ainda que neste levantamento não estão incluídos custos mensais de manutenção preventiva e corretiva para o bom funcionamento dos equipamentos tornando ainda mais evidente o pedido de desclassificação por inexecutabilidade da proposta.

Portanto pugna a Recorrente que a empresa vencedora apresente a planilha aberta de valores para comprovação da viabilidade econômica da proposta e diante da ausência de comprovação documental tempestiva, requer-se a imediata inabilitação e desclassificação da licitante.



### **III.2. DA IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PELA EMPRESA VENCEDORA**

#### **III.2.1. DA CLÁUSULA 7ª NO ITEM 7.1.4.1.1. ALÍNEA C (do edital)**

O Edital prevê a restauração completa do sistema em 24hrs em caso de falha, vejamos:

##### *7. DA HABILITAÇÃO*

*7.1.4.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica (ACT), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, especificamente:*

*c) Comprovação de atendimento a Nível de Serviço (SLA) que preveja tempo máximo de restauração completa do funcionamento do sistema de alarme em caso de falha, mau funcionamento ou ausência de operação, em prazo igual ou inferior a 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da notificação do incidente.*

No entanto a empresa vencedora encontra-se estabelecida com sede à Rua Reynaldo Smith Camargos, 66, Bairro Santa Amélia, Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP: 31.555-290, conforme contrato social apresentado no certame, o que inviabiliza a prestação de serviço no município de Campo Bom, ainda mais quando ocorrer falha no sistema de alarme que deverá ser reestabelecido em 24hrs ou no caso de manutenção preventiva do sistema instalado.

Portanto deve ser diligenciado no sentido de obter informações referentes ao endereço fixo da empresa vencedora apto a cumprir este item do edital.

#### **III.2.2 DA CLÁUSULA 9, ITEM 9.1 (Do Termo Referencial anexo 2)**

O edital não admite a subcontratação do objeto contratual, vejamos:

##### *CLÁUSULA NONA – SUBCONTRATAÇÃO*

*9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*





No entanto como já mencionado acima a empresa vencedora com sede em Minas Gerais não atende a este requisito do edital, pois impossível prestar o serviço quando se está a 1400km de distância do local do objeto do certame.

Sendo assim deve ser diligenciado no sentido de obter informações referentes a viabilidade da empresa vencedora prestar os serviços sem a necessidade de subcontratar o objeto contratual.

#### **IV. Dos Pedidos**

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja anulada a decisão em apreço, na parte atacada neste, declarando-se a empresa COMMANDO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA inabilitada para prosseguir na licitação por:

1. Apresentar propostas com indícios de inexecutabilidade, sem qualquer justificativa técnica;
2. Descumprimento da cláusula 7ª no item 7.1.4.1.1. alínea c e cláusula 9ª no item 9.1.

Requer-se, subsidiariamente, a instauração de diligência para comprovação da viabilidade das propostas econômicas, diligenciar no sentido de obter informações referentes ao endereço fixo da empresa vencedora apto a cumprir a cláusula 7ª no item 7.1.4.1.1. alínea c este do edital e diligenciar no sentido de obter informações referentes à viabilidade da empresa vencedora prestar os serviços sem a necessidade de subcontratar o objeto do certame Na ausência de comprovação documental tempestiva, requer-se a imediata inabilitação e desclassificação da licitante.

Ademais, lastreada nas razões recursais, requer-se que o agente de contratação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/21

Nestes termos,

Pede deferimento.

Campo Bom, 06 de janeiro de 2026.